

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INQUÉRITO POLICIAL 15

1.1. Teoria	15
1.2. Instauração	16
1.2.1. Formas de instauração (art. 5º do CPP)	16
1.2.2. Negativa de cumprimento à Requisição	19
1.2.3. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação (art. 5º, §§ 4º e 5º, CPP)	19
1.2.4. Notícia-Crime ou <i>Notitia Criminis</i>	20
1.2.5. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro	20
1.2.6. Requisição de novas diligências (arts. 16 e 47 do CPP)	20
1.3. Arquivamento	22
1.3.1. Noções gerais.....	22
1.3.2. Arquivamento Indireto.....	26
1.3.3. Trancamento do Inquérito Policial.....	29
1.3.4. Prosseguimento das investigações após o encerramento do Inquérito (art. 18 do CPP e Súmula 524 do STF).....	30
1.4. PRÁTICA.....	33
1.4.1. Promoção de arquivamento do inquérito policial	33
1.4.1.1. Fases de elaboração.....	33
1.4.2. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas)	54

CAPÍTULO 2

DENÚNCIA 55

2.1. Teoria.....	55
------------------	----

2.1.1. Conceito	55
2.1.2. Requisitos essenciais (art. 41 do CPP)	55
2.1.3. Objetividade e afirmatividade da denúncia	59
2.1.4. Denúncias vedadas	59
2.1.4.1. Denúncia genérica x denúncia geral	59
2.1.4.2. Denúncia Alternativa	63
2.1.5. Prazo para oferecimento de denúncia (art. 46, <i>caput</i> , do CPP)	63
2.1.6. Aditamento da denúncia	64
2.2. Prática	65
2.2.1. Denúncias	65
2.2.1.1. Fases de elaboração	65
2.2.2. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas)	111

CAPÍTULO 3

ALEGAÇÕES FINAIS/MEMORIAIS

3.1. Teoria	159
3.1.1. Conceito	159
3.1.2. Espécies	160
3.2. Prática	162
3.2.1. Alegações finais	162
3.2.1.1. Fases de elaboração	162

CAPÍTULO 4

RECURSOS

4.1. Teoria	207
4.1.1. Teoria geral dos recursos	207
4.1.1.1. Noções Gerais	207
4.1.1.2. Características	207
4.1.1.3. Efeitos	209
4.1.1.4. Recurso de Ofício (art. 574 do CPP)	210

4.1.1.5. Desvio da Administração Pública no processamento do recurso (art. 575 do CPP).....	211
4.1.1.6. Impossibilidade de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576 do CPP).....	211
4.1.1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577 do CPP)	212
4.1.1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	212
4.1.1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP).....	215
4.2. Apelação.....	217
4.2.1. Noções gerais.....	217
4.2.2. Interposição	218
4.2.3. Cabimento	219
4.2.4. Processamento	219
4.2.5. Julgamento	221
4.3. Recurso em sentido estrito.....	221
4.3.1. Noções Gerais	221
4.3.2. Interposição	222
4.3.3. Cabimento	222
4.3.4. Processamento	222
4.3.5. Julgamento	223
4.4. Embargos de declaração	224
4.4.1. Noções Gerais	224
4.4.2. Interposição	224
4.4.3. Cabimento	224
4.4.4. Processamento	225
4.4.5. Julgamento	225
4.4.6. Outras considerações.....	226
4.5. Embargos infringentes e de nulidade	227
4.5.1. Noções Gerais	227
4.5.2. Interposição	227
4.5.3. Cabimento	227
4.5.4. Processamento	229
4.5.5. Julgamento	230
4.6. Carta testemunhável	230
4.6.1. Noções Gerais	230

4.6.2. Interposição	230
4.6.3. Hipóteses de cabimento	231
4.6.4. Processamento	231
4.6.5. Julgamento	232
4.7. Agravo em execução	232
4.8. Correição parcial	233
4.9. Prática	234
4.9.1. Razões e contrarrazões de recursos.....	234
4.9.1.1. Fases de elaboração.....	234
4.9.2. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas)	283

CAPÍTULO 5

AÇÕES CONSTITUCIONAIS

5.1. Teoria	325
5.2. <i>Habeas corpus</i>	325
5.2.1. Noções Gerais	325
5.2.2. Cabimento	327
5.2.3. Transgressão disciplinar.....	328
5.2.4. Competência.....	329
5.2.5. Legitimidades ativa e passiva.....	330
5.2.6. Forma de propositura	330
5.2.7. Rito processual	331
5.2.8. Julgamento	331
5.2.9. Informações adicionais.....	331
5.3. Mandado de segurança em matéria criminal	331
5.3.1. Noções gerais.....	331
5.3.2. Cabimento.....	332
5.3.3. Competência.....	333
5.3.4. Legitimidades ativa e passiva.....	333
5.3.5. Procedimento	334
5.3.6. Julgamento	335
5.4. Prática	335
5.4.1. <i>Habeas corpus</i>	335

5.4.1.1. Fases de elaboração.....	335
5.4.2. Mandado de segurança em matéria criminal.....	353
5.4.2.1. Fases de elaboração.....	353
5.4.3. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas)	362

CAPÍTULO 6

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL..... 365

6.1. Teoria.....	365
6.1.1. Acordo de não persecução penal	365
6.1.1.1. Noções gerais.....	365
6.1.1.2. Regramento (art. 28-A do CPP)	365
6.2. Prática	367
6.2.1. Acordo de não persecução penal	367
6.2.2.1. Fases de elaboração.....	367

CAPÍTULO 7

PARECER EM PRISÕES CAUTELARES..... 377

7.1. Teoria.....	377
7.2. Prisões cautelares e institutos correlatos.....	377
7.2.1. Relaxamento da prisão cautelar	377
7.2.2. Liberdade Provisória.....	377
7.2.3. Revogação da Prisão Cautelar	379
7.2.4. Prisão Temporária	380
7.2.5. Prisão em Flagrante	380
7.2.6. Prisão Preventiva	381
7.2.7. Prisão Domiciliar	381
7.2.8. Medidas Cautelares Pessoais Diversas da Prisão	381
7.3. Prática	381
7.3.1. Parecer em prisões cautelares	381
7.3.1.1. Fases de elaboração.....	381

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	405
---------------------------------	-----